

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O fator norte-americano na crise do segundo governo Vargas

Ana Luiza Setti Reckziegel*

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo abordar a relação dos Estados Unidos com o Brasil no período 1953-54 e, especialmente, analisar o papel que o governo norte-americano representou na crise que culminou com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954. A partir da análise da documentação diplomática percebe-se que os EUA estiveram atentos à condução da política interna e externa de Vargas acompanhando particularmente o desenrolar do projeto de formação de blocos regionais no Cone Sul.

Palavras-chave: Brasil-Estados Unidos - blocos regionais - política internacional.

Abstract: This communication aims to approach the relation between the United States and Brazil in the period of 1950-54 and, especially, analyze the role that the North American government represented in the crisis that culminated with Vargas's suicide in August of 1954. Since the analysis of diplomatic documents it has been realized that the USA were attentive to conduction of Vargas's internal and external politics following particularly the developing of the project on formation of regional blocs in South Cone.

Keywords: Brazil-United States - regional blocs - international politics.

O segundo governo Vargas foi marcado, em termos de política externa, pelo debate polarizado entre duas posições: uma, rotulada de “entreguista” por não dispensar a associação com a capital internacional; outra, denominada de nacionalista, contrária à penetração do capital estrangeiro e crítica contundente do imperialismo internacional. Esse debate movimentou a cena política nesse período e foi, em última instância, o responsável pelo desencadeamento da crise política que atingiu seu ápice com o suicídio do presidente Vargas em 24 de agosto de 1954. (Cervo e Bueno, 1992:250)

Em termos gerais, a expectativa que a eleição de Vargas havia gerado não correspondeu à expectativa de vários setores: as camadas médias urbanas, mais sensíveis à inflação e não beneficiadas com o aumento do salário mínimo, estavam descontentes; a burguesia industrial reclamava do aumento do salário mínimo e da desvalorização do cruzeiro, que encarecia a importação de máquinas e equipamentos; a burguesia agrária reclamava que os preços mínimos eram insuficientes. (Fausto e Devoto, 2004)

* Professora Titular do Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

Para além desse cenário, a crise se agravava com a manifestação das Forças Armadas que acusavam o governo de corrupção e alertavam para a infiltração comunista no Exército. Posicionavam-se, também, contra o ministro do Trabalho, João Goulart, responsabilizando-o por tentar criar uma república sindicalista no Brasil, ao estilo do peronismo.

Esse contexto de críticas e descontentamentos com o governo Vargas era acirrado pela hostilidade da grande imprensa, principalmente pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e pela Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda. Este último tornou-se, em realidade, a voz que canalizou os grupos antigetulistas exercendo um estilo agressivo e de ataques cada vez mais exacerbados, repletos de denúncias contra o governo. A principal delas referiu-se a um suposto acordo secreto entre os presidentes Vargas e Perón acerca da formação de um bloco regional com a intenção de se contrapor aos Estados Unidos. Esse acordo, que também envolvia o Chile, sob a presidência de Ibañez, ficou conhecido como Pacto ABC.

No tocante às relações com os Estados Unidos é sabido que a América Latina não havia constituído uma prioridade para os norte-americanos no pós-guerra. Essa situação começou a mudar a partir de 1950 quando se instalou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. “Integrada por técnicos dos dois países, tinha por objetivo o estudo dos planos aos quais os Estados Unidos dariam direta ou indiretamente sua colaboração” (Cervo e Bueno, 1992: 251). A contrapartida para esta colaboração seria o fornecimento de materiais estratégicos. O contexto no qual emergem os trabalhos da Comissão Mista foi permeado pela Guerra da Coreia e a cooperação econômica dos EUA para com o Brasil acabou condicionada, na prática, ao comprometimento do Brasil no esforço de guerra. O governo brasileiro, a despeito da discordância dos setores militares, acabou assinando o Acordo Militar, em 1952. Em um memorando entregue ao embaixador Herschel Johnson, Vargas deixava claro que a cooperação brasileira tinha um preço – a reciprocidade econômica:

A boa vontade do Governo brasileiro de contribuir com as matérias-primas nacionais para a economia de emergência dos Estados Unidos deve encontrar sua contrapartida na boa vontade do Governo norte-americano de conceder prioridades de fabricação e créditos bancários a termo médio e longo, para a imediata execução de um programa racional de industrialização e de obras públicas. (Memorandum. 14/11/1951. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV)

Diante da pressão brasileira, os Estados Unidos aprovaram um empréstimo de 250 milhões de dólares, valor que Vargas considerava apenas o ponto de partida das conversações. No entanto a liberação dos créditos prometidos arrastou-se e os Estados Unidos

faziam cada vez mais exigências no sentido de um alinhamento incondicional do Brasil ao imperialismo ianque. Vargas, ao mesmo tempo em que cedia em algumas questões, muito pressionado pelo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, cuja posição era francamente pró-americana, reafirmava a posição de defesa do nacionalismo econômico.

No entanto, a eleição do general Dwight Eisenhower, no final de 1952, para a presidência dos Estados Unidos, significou uma mudança no curso das relações com o Brasil que logo se deterioraram. Em junho de 1953, o governo Eisenhower decidiu, unilateralmente, extinguir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, desconsiderando as negociações entabuladas ainda no governo Truman, o que deixou os brasileiros extremamente descontentes.

Vargas, então, reagiu em duas frentes: internamente promoveu uma reforma ministerial, substituindo João Neves no Itamarati e nomeando para sua pasta, Vicente Rao e para o ministério do Trabalho escolheu João Goulart; no âmbito externo, agindo de forma isolada do Ministério das Relações Exteriores, resolveu pôr em prática a estratégia de se aproximar de Perón com a intenção de colocar o Pacto ABC na pauta de discussões. Explicou ao presidente argentino que não pudera dar continuidade ao acordo proposto em 1951, devido às dificuldades internas pelas quais passava o Brasil na época, mas acenava com a possibilidade de levar adiante o projeto que uniria num bloco regional de poder os três maiores países da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile –o ABC.

Esse era, do ponto de vista da política externa o grande trunfo que Vargas possuía para pressionar os Estados Unidos a cooperarem com os financiamentos prometidos. A possibilidade de alianças regionais em plena conjuntura de acirramento da guerra fria não era interessante para os Estados Unidos. No entanto, Vargas não deu seqüência às negociações com Perón, permanecendo na expectativa da reação dos EUA.

Esse estilo político de Vargas era plenamente reconhecido pela Embaixada norte-americana, como bem ilustra um de seus despachos para o Departamento de Estado:

Provavelmente a fraqueza mais grave da Administração é a sua incapacidade de proporcionar liderança na solução de problemas básicos. Esta deficiência origina-se primeiramente da recusa do Presidente em definir sua posição em questões de maior importância, que é por si a consequência de sua personalidade política e métodos de administrar. Com essa recusa, o Presidente deixa seus membros do Gabinete e outros importantes funcionários do governo completamente dependentes dele nos assuntos de política. Desde que nenhum funcionário pode alguma vez, mesmo em seu próprio campo, estar seguro da política global do Presidente. (Embaixada EUA. Rio de Janeiro. CPDOC.FGV.DE. 20.01.53)

Exemplificando bem o que ocorria, as impressões da Embaixada referem-se também às relações de Vargas com a Argentina: “o Presidente tem da mesma forma falhado

em tornar clara sua posição em relação à Argentina e às atividades de agentes peronistas no Brasil”.

É certo que essa indefinição fazia parte da própria estratégia adotada para com a Argentina: era impossível deixar explícita alguma coisa quando a questão era de bastidores. Mesmo assim, os norte-americanos previam as inclinações de Vargas, como também pode ser observado: “É lógico que ele olha o peronismo como um trunfo em potencial a ser utilizado em negociações com os Estados Unidos”.

De fato, a Embaixada norte-americana parecia estar prevenida, tanto acerca das tramitações do Pacto ABC quanto, e especialmente, do objetivo de Vargas em relação a ele. Por isso, pareceu não levar a sério a polêmica levantada pela oposição, convencida de que

Os Estados Unidos são a única fonte de recursos que tem interesse e habilidade para propiciar a assistência necessária, sendo que a chave do dilema de Vargas estaria necessariamente, em última análise, em suas relações com os Estados Unidos. (Embaixada EUA, Rio de Janeiro. s/d. CPDOC/FGV – DE 50.01.23/1.)

A afirmação da Embaixada norte-americana confirma que o ponto fundamental da política de Vargas centrava-se na questão do desenvolvimento econômico que, por seu turno, era dependente dos empréstimos norte-americanos.

De acordo com o estilo de Vargas, já utilizado por ocasião da Segunda Guerra, a maneira de acelerar a liberação dos créditos prometidos pelos EUA era a barganha. A possibilidade de aliar-se ao ABC peronista colocou-se, para Vargas, providencialmente na medida em que se constituía num fator de pressão sobre os EUA, absolutamente contrários à formação de blocos que pudesse converter-se em desestabilizadores de seu domínio.

Se, como acreditamos, esse foi o raciocínio de Vargas e se os acontecimentos assim se desenrolaram, não havia a mínima possibilidade de isso ser publicamente ou mesmo oficialmente reconhecido. Na verdade, nenhum governo, nem o da Argentina, nem o do Brasil reconheceria, posteriormente, os entendimentos. (Bandeira: 1978, 351)

Então, premidos pela possibilidade de Vargas liderar a formação de um bloco regional de poder, os Estados Unidos, contrariando as promessas da era Truman, passaram a liberar os empréstimos a conta-gotas. O embaixador em Washington, Walther Moreira Sales, tentou interferir junto ao governo Eisenhower alegando que as relações políticas e econômicas entre os dois países estariam em perigo. (Arquivo GV, 21/11/1953) Porém, não obteve sucesso.

Vargas então passou a tomar uma série de medidas que desagradaram os Estados Unidos. No início de 1954, Vargas assinou um decreto que fixava em até 10% as remessas de lucros e dividendos às empresas estrangeiras e a obrigatoriedade de se registrarem na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), numa tentativa de estancar a drenagem do

capital nacional. O governo norte-americano protestou contra o decreto e ameaçou com a suspensão de todos os empréstimos ao Brasil. Outra medida adotada e que contrariou os Estados Unidos foi a revisão dos registros dos capitais estrangeiros, a qual acabou não frutificando em razão das muitas pressões sofridas. (Bandeira: 1978)

Em fevereiro de 1954, as forças oposicionistas internas reagiram contra o anúncio de aumento do salário mínimo em 100% feito pelo ministro Goulart. Vargas acabou cedendo e pediu a saída de Goulart. Curiosamente, o próprio Vargas, em maio desse ano, ratificaria o aumento salarial proposto pelo ex-ministro.

Os militares, por seu turno, lançaram uma ofensiva contra Vargas através do chamado Memorial dos Coronéis, no qual alegavam que estavam abandonados pelo governo, com seus equipamentos antiquados e com soldos defasados.

Porém, o que tornou a crise do governo Vargas irreversível foi a denúncia feita pelo ex-ministro João Neves da Fontoura acerca do Pacto ABC. Em março de 1954, as tratativas entre Vargas e Perón vieram a público pela imprensa em um depoimento no qual Neves confirmava as negociações para a formação do bloco regional, alegando que não havia denunciado o acordo enquanto era ministro porque teria dado um prazo para que Vargas se manifestasse sobre a veracidade do fato. No entanto, o silêncio do presidente teria dado a Neves a prova de que se tratava de fato consumado.

A repercussão da denúncia causou enorme estrago no já desgastado governo Vargas. Neste ponto, discordamos das impressões expressas pela Embaixada norte-americana no Brasil, de que “O Presidente Vargas, ele próprio, aparentemente perdeu pouco terreno; de fato, seus partidários asseguraram que seu prestígio até certo ponto se acentuou, desde que parece que ele possa ter manobrado Perón” (Embaixada EUA. Rio de Janeiro. Despacho de Serviço Exterior, 26 abr. 1954. CPDOC/FGV – DE 50.01.23/1)

Entendemos que as denúncias sobre o binômio Vargas- Pacto ABC e a campanha polêmica que se seguiu e que se utilizou no sentido de *traição* não só à Nação, mas também a próprios membros do governo, que ignoravam a transação, serviram para desgastar ainda mais a gestão Vargas.

A ausência de um desmentido contundente propiciou que as dúvidas que pairavam sobre as articulações do pacto não fossem dissipadas. Por seu turno, as facções pró-Vargas não puderam usar, perante a opinião pública, o argumento de que Vargas teria manipulado Perón para pressionar os Estados Unidos e que, em realidade, não era seu objetivo firmar o Pacto.

Apesar de o silêncio de Vargas ter evitado que a polêmica se inflamasse ainda mais, o agravamento da crise que o cercava não pode ser plenamente entendido sem que se refiram às denúncias sobre as articulações que teria procedido em favor da coalizão ABC.

O processo de acusações, que, em nenhum momento, conseguiu apresentar provas concretas, demonstrava que a estratégia política de Vargas, tanto no que se refere ao pólo interno, com o projeto de desenvolvimento econômico nacionalista, quanto ao pólo externo, a obtenção da cooperação econômica norte-americana, apresentava sinais evidentes de frustração.

Na medida em que o Pacto ABC, um dos pólos da política externa de Vargas, configurou-se num elemento-chave para a implementação de seu projeto de desenvolvimento interno, passou a funcionar como elemento de pressão sobre a outorga da cooperação econômica norte-americana, o outro pólo da política externa.

O Pacto ABC contrariava a noção de unidade continental defendida pelos Estados Unidos uma vez que nele vinha embutida, ideologicamente, a questão da *Terceira Posição* defendida por Perón, pela qual não se tratava mais de implementar uma autonomia relativa, mas, sim, de contrapor-se à nação hegemônica, desequilibrando a relação sistema-subsistema.

Entendemos que o Estado pode dirigir uma série de instrumentos políticos como resposta às demandas externas. Entretanto, tal esquema exige que se consiga estruturar um adequado sistema de conexões entre os grupos internos. Em relação ao Pacto ABC, esse mecanismo falhou e, em vista disso, deu lugar à articulação oposicionista; em outras palavras, a conexão interno-externa não obteve êxito.

O fracasso da estratégia em questão está intimamente ligado à divisão política interna. O enfrentamento do grupo nacionalista, adepto de Vargas, mas que ignorava as manipulações presidenciais em relação à Argentina e ao Pacto ABC, com o grupo entreguista, defensor do total alinhamento com os Estados Unidos e, neste sentido, contrário ao estreitamento das relações com a Argentina e com seu projeto de blocos autônomos, foi fatal para o sucesso dos planos de Vargas.

Quando se iniciou a campanha oposicionista, desencadeada com a denúncia do ex-ministro Neves, o envolvimento de Vargas com o Pacto ABC foi a *pedra de toque*. A partir daí, sob a perspectiva de uma articulação golpista, por parte da ala entreguista do Exército, das tentativas de *impeachment* do Congresso e diante dos ataques cada vez mais contundentes da imprensa, Vargas retraiu-se num comportamento de quase total imobilidade. Afinal, como admitir que havia, deliberadamente, iludido Perón quanto ao ABC enquanto

ganhava tempo nas negociações dos créditos norte-americanos, sem selar sua sentença de traidor?

O Pacto ABC acabou acirrando ainda mais as tensas relações com os EUA e, uma vez exposto e manipulado pelas forças oposicionistas, converteu-se no grande frustrador da estratégia política de Vargas de barganhar com a nação líder do sistema capitalista.

Referências bibliográficas:

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.